



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTO VELHO RONDÔNIA

PROTOCOLO
Departamento das Comissões
Projetos de:
Lei Complementar Nº 92/95
Emenda da Lei Orgânica Nº _____

PROCESSO Nº _____

Data: 14.09.95
Horário 15h45

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. _____/1995

" Altera a redação do § 4º, do art. 9º da Lei Complementar n. 033, de 22 de novembro de 1994, e dá outras providências. "

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º- O § 4º, do art. 9º, da Lei Complementar n. 033 de 22 de novembro de 1994, passa a ter a seguinte redação:

" Art. 9º-

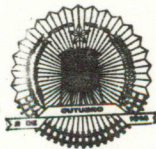
.....
§ 4º- O disposto no parágrafo anterior não se aplica às autorizações ou permissões outorgadas até a data de 22.11.1994, para serviço autônomo de táxi nos garimpos do Município de Porto Velho, assegurando-se ao autorizado ou permissionário o direito de opção pela execução do serviço na área urbana do Município de Porto Velho. "

Art. 2º- O direito de opção de que trata o artigo anterior fica condicionado ao atendimento dos seguintes requisitos:

I- ser o optante proprietário de um único táxi e titular de apenas uma permissão ou autorização para exploração de serviço autônomo de táxi;

X II- não haver sido a permissão obtida mediante transferência de terceiro, à título oneroso ou gratuito, se ocorrida após a data de 22 de novembro de 1994, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos 1º, 2º, 3º e 5º, do art. 12, do Decreto n. 2.283 de 27 de março de 1985;

..... temporalmente válida até a data de apro



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTO VELHO RONDÔNIA



Parágrafo Único- Àquele que for proprietário de mais de um táxi ou detentor de mais de uma permissão, destinadas para serviço na região de garimpos ou simultaneamente nesta e na área urbana do Município de Porto Velho, para esta última será assegurada a transferência de um único veículo, caso nela já não explore a mesma atividade.

Art. 3º- Ficam acrescentados ao art. 9º da Lei Complementar n. 033, de 22 de novembro de 1994, os seguintes parágrafos, 5º e 6º:

" Art. 9º-

§ 5º- Somente será autorizada a transferência de permissão de serviço de táxi, à título oneroso ou gratuito, quer entre pessoas físicas, quer entre estas e empresas devidamente constituídas, após o falecimento do permissionário ou em decorrência de sua interdição ou ausência declaradas judicialmente.

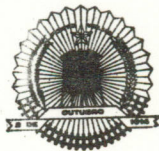
§ 6º- Aos atuais permissionários de serviço de táxi no Município de Porto Velho fica vedada a outorga de novas permissões ou autorizações para o mesmo serviço, quer na área urbana quer na área rural. "

Art. 4º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Velho-RO, 14 de Setembro de 1995.


Vereador EDSON LUCENA - PSDB



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTO VELHO RONDÔNIA

JUSTIFICATIVA

O desemprego é uma das mais graves ameaças à paz e à harmonia na sociedade moderna, a todos atingindo, quer os países ditos desenvolvidos quer os sub-desenvolvidos.

A CF de 1988, em boa hora, considera o TRABALHO como " prioridade fundamental " da Ordem Social(arts. 7º e 193). Aliás, como bem antes já cantara o poeta nordestino, " sem o seu trabalho o Homem não tem honra; e sem a sua honra, o Homem não é nada, se morre, se mata... ".

É somente nesse contexto que vemos o impasse criado em torno da situação dos taxistas autônomos da região de garimpos do Município de Porto Velho, após a exaustão dessa atividade econômica, face à resistência organizada, paradoxalmente, por companheiros de profissão da área urbana desta Capital, alimentada pela falta da suficiente determinação político-social do Executivo Municipal.

Na verdade toda essa celeuma também se deve a diversidade de normas, algumas casuisticamente elaboradas, a regularem o serviço público de táxi em nosso Município. No período de 1985 à 1994 foram editados 05(cinco) Decretos(ns. 2.283/85, 3.796/89, 5.154//93, 5.155/94 e 5.433/94) e 01(uma) Lei Complementar(n. 033/94).

Até 21.11.1989, sob a vigência do Dec. 2.283/85, não havia qualquer distinção legal entre o serviço de táxi em Porto Velho.

Foi, através do Dec. 3.796/89, que surgiram as primeiras diferenciações entre o táxi-urbano e o táxi-garimpo. Referida norma adotou duas medidas básicas, a saber: 1ª) fixou em 82 o nº máximo de táxis para serviço em garimpos de Porto Velho(art. 1º); 2ª) estabeleceu siglas e quantidades específicas para regiões diversas: Jacy-Paraná(JP-22 veículos), Mutum-Paraná(MP-30 veículos) e Abunã(AN-30 veículos). Ressalte-se o fato de que tal decreto não proíbe expressamente o uso do veículo para serviço fora dos garimpos.

Por destinar-se especificamente ao serviço de táxi para o Aeroporto de Porto Velho, dispensa comentários o Dec. 5.154/93.

Em 23.07.1993, o Sr. Prefeito JOSÉ GUEDES editou o Dec.5.155 que ab-roga o Dec. 3.796/89, na medida em que regula inteiramente a matéria contida neste último(cf. LICC, art. 2º, § 1º). É preciso salientar que, àque-la altura, por haver praticamente terminada a exploração garimpeira no Municí-



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTO VELHO RONDÔNIA



O Dec. 5.155/93, além de manter o nº máximo de táxis para garimpos(82) e de apenas acrescentar as letras "CM" às siglas JV, MP e AN , criadas pelo Dec. 3.796/89, trouxe uma importante e grave alteração: os táxis do garimpo só poderiam exercer suas atividades nos Garimpos de Jacy-Paraná , de Mutum-Paraná e de Abunã(art. 39). Como se era de esperar, em não reagindo comercialmente os garimpos- e até agora não mudou-, criado estaria mais um problema social para dezenas de permissionários, que têm no táxi seu trabalho e a sustentação de suas famílias, muito embora, ao nosso ver e s.m.j., violando-se direito líquido e certo auferido anteriormente pelos taxistas do garimpo, cujas permissões antecederam ao Decreto 5.155/93, fato, aliás, reconhecido em recentes decisões judiciais no âmbito da Vara da Fazenda Pública em Porto Velho.

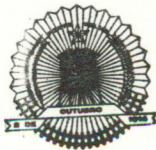
Quanto aos Decs. 5.432/94 e 5.433/94, é nenhuma suas influências no mérito da questão em foco, vez que o primeiro apenas trata sobre características do veículo táxi, enquanto o último ratifica mais uma vez o nº máximo de táxis-garimpos(82) e altera suas siglas para " TXG-CM ".

Resta-nos expor, então, as razões que justificam, s.m.j., a presente propositura.

Em primeiro, como todos sabemos, esta Casa, numa atitude de indiscutível amadurecimento político e, sobretudo, de compromisso social com a coletividade, aprovou por quase unanimidade o Projeto de Lei Complementar n. 086/95, de iniciativa do insigne Vereador PAULO MORAES, de cuja feitura nos honramos de haver participado, tendente a assegurar o direito dos permissionários autônomos do serviço de táxi-garimpo, com permissões fundadas originariamente no Dec. 2.283/85, de exercerem sua profissão na área urbana de Porto Velho.

Ocorreu que, quando imaginávamos solucionado o impasse, eis que o Sr. Prefeito JOSÉ GUEDES, alertado por taxistas urbanos, em que pese haver sancionado o Projeto de Lei 086/95, passou a entender que as Permissões de Táxi-Garimpo tinham por base, em quase sua totalidade, o Dec. 3.796/89, e não o Dec. 2.283/85, e que, por esse motivo, não dispunha de autorização legal para promover a consecução dos objetivos pretendidos pela Câmara Municipal.

Embora sobejamente discutível a linha de raciocínio do Executivo Municipal, ao levarmos em consideração que não seria justo se exigir dos taxistas garimpos novos dispêndios em peleja judicial, e ainda o fato de que



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTO VELHO **RONDÔNIA**



apoio disfarçado de agentes do Poder Executivo Municipal, consideramos, por ser oportuno e justo, oferecer a presente propositura, com o escopo não apenas de dirimir quaisquer dúvidas em torno de direito adquirido com fundamento no Dec. 2.283/85, expressamente citado no Projeto de Lei 086/95, como também de, no ensejo, estabelecer determinados critérios, já de conhecimento de ambas as partes interessadas(SINCAVIR e taxistas-garimpo), tendentes a evitar atitudes especulatórias e predatórias a partir de permissões outorgadas pelo Poder Público Municipal.

Que sejamos, todos nós, as vozes daqueles que, por serem pequenos e em minoria relativa, clamam pelo DIREITO AO TRABALHO.


Vereador EDSON LUCENA - PSDB